

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório de Administração

Apresentação: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. **Desempenho do exercício:** O Banco encerrou o exercício de 2023 com um lucro líquido de R\$ 325.916 (R\$ 396.059 em 2022), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 9,89% (17,97% em 2022). Apresentou índice de Basileia do Conglomerado de 25,08%

(25,46% em 2022) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 952.960 (R\$ 904.500 em 2022). **Outras informações:** O Banco é controlador integral da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil. De acordo com o disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento". No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve distribuição de dividendos no valor R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2022) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 189.125

(R\$ 138.336 em 2022), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 189.125 (R\$ 138.336 em 2022), integrados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente na *Annual Report* do The Bank of Nova Scotia ("BNS"). **Agradecimentos:** O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	32.499	13.129	Passivos financeiros			
Ativos financeiros		16.386.940	16.680.654	Depósitos	13	12.697.276	13.264.922
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.470.965	9.686.685	Captações no mercado aberto	14	4.598.676	4.055.059
Títulos e valores mobiliários	6	1.989.209	1.461.327	Obrigações por empréstimos	15	886.740	887.315
Instrumentos financeiros derivativos	7d	4.423.504	3.240.012	Obrigações por repasses	16, 30b	6.889.669	6.234.306
Operações de crédito	9a	-	521.902	Instrumentos financeiros derivativos	7d	307.948	1.120.678
Operações de câmbio	10	296.979	1.186.061	Operações de câmbio	10	3.196	188.857
Outros ativos financeiros	11a	206.283	584.667	Outros passivos financeiros	17a	11.047	48.417
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(21.840)	(134.009)	Outros passivos	17b	56.072	55.315
Títulos e valores mobiliários	6	(377)	(312)	Obrigações fiscais diferidas	20b	757.207	431.961
Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(21.463)	(133.697)	Provisões para contingências	18d	32.346	30.334
Outros ativos	11b	4.224	5.802	Patrimônio líquido		3.448.543	3.142.289
Créditos tributários	20b/c	510.790	279.810	Capital social	19a	2.628.948	2.437.823
Investimentos		66.198	64.610	Reservas de lucros		821.905	719.489
Participações em controladas	12	66.192	64.604	Outros resultados abrangentes		(310)	(15.023)
Outros investimentos	6	6	6				
Imobilizado de uso		9.832	11.279	Total do passivo		16.991.444	16.924.821
Imóveis de uso		2.332	1.595				
Outras imobilizações de uso		20.715	22.704				
Depreciações acumuladas		(13.215)	(13.020)				
Intangível		2.801	3.546				
Ativos intangíveis		5.401	5.254				
Amortizações acumuladas		(2.600)	(1.708)				
Total do ativo		16.991.444	16.924.821				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	796.879	-	40.751	446.427	(18.230)	1.265.827	
Aumento de capital - Homologado	1.502.608	-	-	-	-	1.502.608	
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	138.336	-	-	-	138.336	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.207	3.207	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.059	
Constituição de reserva legal	-	-	19.803	-	-	(19.803)	
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	213.508	-	(213.508)	
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336	60.554	658.935	(15.023)	3.142.289	
Aumento de capital - Homologado	138.336	(138.336)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	189.125	-	-	-	189.125	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	14.713	-	14.713
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	325.916	325.916
Constituição de reserva legal	-	-	16.296	-	-	(16.296)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	87.120	-	(87.120)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(222.500)	(222.500)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.437.823	189.125	76.850	745.055	(310)	3.448.543	
Saldos em 30 de junho de 2023	2.437.823	189.125	65.484	658.935	(5.373)	3.250.547	
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	189.125	-	-	-	189.125	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.063	5.063	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	227.308	227.308
Constituição de reserva legal	-	-	11.366	-	-	(11.366)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	87.120	-	(87.120)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(222.500)	(222.500)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.437.823	189.125	76.850	745.055	(310)	3.448.543	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 05 de março de 2024. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras. **3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/(despesas) da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **b) Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos mantidos até o vencimento", para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de valor independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada esperada do spread de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor patrimonial das respectivas cotas. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como swaps, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsas e Balço, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuído à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. **f) Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). As operações em

atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **h) Operações de câmbio:** A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento disponibilizada pelo BACEN. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **i) Permanente - Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens. **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificadas perdas por *impairment*. **k) Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses:** Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias. **l) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se dará em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c). **n) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **p) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 22). **q) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, nos quais o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **r) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 31. **s) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

(R\$ 138.336 em 2022), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 189.125 (R\$ 138.336 em 2022), integrados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente na *Annual Report* do The Bank of Nova Scotia ("BNS"). **Agradecimentos:** O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento. **A Diretoria**

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
		2º Semestre	Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		288.375	498.169
Operações de crédito	9f	8.883	(8.161)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		688.633	1.334.965
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	315.443	143.189
Operações de captação no mercado aberto		(447.894)	(847.108)
Operações de empréstimos e repasses		(259.099)	(156.433)
Resultado em operações de câmbio		(17.591)	31.717
Resultado da intermediação financeira		288.375	498.169
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.612)	9.249
Títulos e valores mobiliários		1	(65)
Garantias financeiras prestadas		-	(22)
Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	9d	(1.613)	9.336
Resultado bruto da intermediação financeira		286.763	507.418
Outras receitas/(despesas) operacionais		(53.708)	(93.535)
Receitas de prestação de serviços	29	9.021	30.256
Despesas de pessoal	25	(42.009)	(86.662)
Outras despesas administrativas	26	(20.413)	(38.656)
Despesas tributárias		(6.716)	(8.832)
Resultado de participação em controlada	12	1.570	1.389
Outras receitas operacionais	27	4.839	8.970
Outras despesas operacionais	28	-	-
Despesas de provisões para contingências		(935)	(2.012)
Trabalhistas		(18)	(41)
Fiscais		(917)	(1.970)
Cíveis		-	(1)
Resultado operacional		232.120	411.871
Resultado não operacional		(64)	(249)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		232.056	411.622
Imposto de renda e contribuição social	20a	(1.433)	(82.391)
Provisão para imposto de renda		(91.263)	(180.692)
Provisão para contribuição social		(73.011)	(144.554)
Ativo fiscal diferido		162.841	242.855
Participações nos lucros		(3.315)	(3.315)
Lucro líquido do semestre/exercício		227.308	325.916
Lucro líquido por ação - R\$		2.500,31	3.584,95

(i) Para fins de comparabilidade, valor calculado por lote de 100.000 ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022	
		2º Semestre	Exercício
Lucro líquido			

15. Obrigações por Empréstimos: Estão representadas por linhas de crédito obtidas junto a BNS e operações destinadas a financiamentos à exportação.

Linhas de crédito do BNS	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2023
Outras obrigações em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	5,31% a 5,32%	04/01/2024	6.621.517
Financiamentos à exportação	5,63% a 5,88%	04/06/2024	268.152
Total passivo circulante			6.889.669

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

Linhas de crédito do BNS	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2022
Outras obrigações em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	4,30%	04/01/2023	5.378.012
Financiamentos à exportação	4,33% a 5,51%	15/06/2023	856.294
Total passivo circulante			6.234.306

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

16. Obrigações por Repasses: Em 31 de dezembro de 2023, não existem obrigações por repasses do exterior. Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 730.290 (nota 30b), estavam representadas por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921.

17. Outros Passivos: a) **Composição de outros passivos financeiros**

	2023	2022
Passivo circulante		
Relações interdependências	5.734	24.788
Negociação e intermediação de valores	5.313	23.629
Total	11.047	48.417

b) **Composição de outros passivos**

	2023	2022
Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher	24.990	18.695
Provisão para despesas de pessoal	14.701	18.678
Valores a pagar sociedades ligadas	634	1.486
Outros	4.249	2.327
Subtotal	44.574	41.186
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	11.498	14.129
Subtotal	11.498	14.129
Total	56.072	55.315

18. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a) **Ativos contingentes:** O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. b) **Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o. O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisões para contingências", no passivo não circulante. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 429 (R\$ 186 em 2022). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 15.515 (R\$ 14.533 em 2022), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.814 (R\$ 5.601 em 2022) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 8.416 (R\$ 7.713 em 2022), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. c) **Obrigações legais:** Em 31 de dezembro de 2023, o processo principal no montante de R\$ 21.417 (R\$ 20.336 em 2022), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade. d) **Movimentação dos saldos:**

	2023				2022					
Provisão para contingências	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Cíveis	Total
Saldo inicial	636	3.089	26.609	-	30.334	31.432	-	-	-	31.432
Constituição	-	-	290	1	291	-	-	-	-	291
Atualização	41	168	1.512	-	1.721	-	-	-	-	1.721
Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.983)
Total	677	3.257	28.411	1	32.346	30.334				32.346

	2023				2022			
Depósitos judiciais	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total
Saldo inicial	96	14.988	27.518	42.602	96	14.988	27.518	42.602
Constituição	-	2.169	290	2.459	-	2.169	290	2.459
Atualização	8	1.155	1.576	2.739	8	1.155	1.576	2.739
Total - (nota 11a)	104	18.312	29.384	47.800	104	18.312	29.384	47.800

19. Patrimônio Líquido: a) **Capital social:** O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.626.948, está representado por 101.010 (95.608 em 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404. Em 12 de dezembro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 189.125, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. O processo está em fase de homologação pelo BACEN. b) **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes. c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovados para pagamento: I. Dividendos no valor de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2022), em 20 de dezembro de 2023, conforme Ata de Reunião de Diretoria; II. Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 189.125 (R\$ 138.336 em 2022), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 33.375 (24.412 em 2022), em 12 de dezembro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) **Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações**

	Dez/2023		Dez/2022	
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	Imposto de contribuição renda	Imposto de contribuição social	Imposto de contribuição renda	Imposto de contribuição social
Juros sobre o capital próprio	408.307	408.307	592.244	592.244
Adições(exclusões) temporárias	(222.500)	(222.500)	(162.748)	(162.748)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(739.439)	(739.439)	(827.946)	(827.946)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(112.147)	(112.147)	(34.276)	(34.276)
Créditos baixados para prejuízo	102.898	102.898	-	-
Outras	(9.718)	(9.718)	9.747	9.747
Adições(exclusões) permanentes	(2.759)	(2.752)	6.516	6.520
Base tributável	(556.391)	(556.384)	(391.934)	(391.930)
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	-	-	-	-
Créditos tributários	134.912	107.943	92.443	73.937
Passivo fiscal diferido	(180.692)	(144.554)	(201.425)	(161.140)
Total	(45.780)	(36.611)	(108.982)	(87.203)

b) **Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem**

	Saldos em 31/12/2022		Realização/reversão 31/12/2023		Saldos em 31/12/2023	
Créditos tributários	Constituição	Realização/reversão	Constituição	Realização/reversão	Constituição	Realização/reversão
Refletido no resultado	267.684	301.957	(59.102)	510.539	267.684	510.539
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	176.392	250.355	-	426.747	176.392	426.747
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.626	906	-	14.532	13.626	14.532
Provisões indedutíveis	11.944	4.351	(6.545)	9.750	11.944	9.750
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	60.164	-	(50.506)	9.658	60.164	9.658
Créditos baixados para prejuízo	-	46.304	-	46.304	-	46.304
Provisão para risco de crédito - debêntures	141	41	(1)	181	141	181
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	184	-	(165)	19	184	19
Ajuste a valor de mercado de operações compromissadas	33	-	(33)	-	33	-
Outros	5.200	-	(1.852)	3.348	5.200	3.348
Refletido no patrimônio líquido	12.126	-	(11.875)	251	12.126	251
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	12.126	-	(11.875)	251	12.126	251
Total	279.810	301.957	(70.977)	510.790	279.810	510.790

	Saldos em 31/12/2022		Realização/reversão 31/12/2023		Saldos em 31/12/2023	
Passivo fiscal diferido	Constituição	Realização/reversão	Constituição	Realização/reversão	Constituição	Realização/reversão
Refletido no resultado	(421.446)	(323.846)	-	(745.292)	(421.446)	(745.292)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(10.515)	(1.232)	-	(11.747)	(10.515)	(11.747)
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	(168)	-	(168)	-	(168)
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	(246)	-	(246)	-	(246)
Total	(431.961)	(325.246)	-	(757.207)	(431.961)	(757.207)

c) **Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	5.987	21.499	27.486
2º ano	19.118	27.994	47.112
3º ano	20.147	36.576	56.723
4º ano	19.398	40.408	59.806
5º ano	4.861	45.734	50.595
6º ano ao 10º ano	14.532	254.536	269.068
Total	84.043	426.747	510.790
Valor presente ⁽ⁱ⁾	60.949	255.555	316.504

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

21. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. a) **Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades	1.665	1.574	(52)	9.489
BNS (Controlador)	1.665	1.574	(52)	9.489
Aplicações interfinanceiras de liquidez	400	-	9	21
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	400	-	9	21
Carteira de câmbio - posição ativa	214	-	(3)	(71.319)
BNS (Controlador)	214	-	(3)	(71.319)
Outros ativos	226	-	(49)	-
BNS (Controlador)	226	-	(49)	-
Depósitos a vista	(33)	(246)	-	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	(33)	(246)	-	-
Captações no mercado aberto	-	-	(42)	(135)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	(42)	(135)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	1.116	(749)	14.152	13.917
BNS (Controlador)	1.349	(1.430)	14.228	14.163
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(302)	(45)	(265)	(330)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	69	726	(137)	(77)
Scotiabank Peru (Parte relacionada)	-	-	-	(144)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	326	305
Obrigações por empréstimos	(6.889.669)	(6.234.306)	(164.594)	(11.964)
BNS (Controlador)	(6.889.669)	(6.234.306)	(164.594)	(11.964)
Obrigações por repasses	-	(730.290)	8.161	91.784
BNS (Controlador)	-	(730.290)	8.161	91.784
Carteira de câmbio - posição passiva	(214)	-	(11)	88.273
BNS (Controlador)	(214)	-	(11)	88.273

b) **Remuneração da administração:** Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 35.295 (R\$ 21.952 em 2022), sendo formadas por R\$ 29.969 (R\$ 13.272 em 2022), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 5.326 (despesa de R\$ 8.680 em 2022), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22. Pagamento Baseado em Ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU. a) **Plano de unidades de ações restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberam um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.710 (R\$ 6.546 em 2022) e a quantidade total de ações devidas é de 71.881 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 235,60 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.799 (R\$ 4.620 em 2022).

	RSU	Saldo			RSU	Saldo	
		Dez/2023	Dez/2022			Dez/2023	Dez/2022
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações
Preço da ação	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-
Devido	71.881	16.935	48.495	16.935	71.881	16.935	48.495
Provisionado	28.480	6.710	24.978	28.480	28.480	6.710	24.978
A provisionar	43.401	10.225	23.517	43.401	43.401	10.225	23.517

(i) Valores em reais

	RSU	A pagar			RSU	A pagar	
		Dez/2024	Dez/2025			Dez/2024	Dez/2025
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações
Preço da ação	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-
Devido	15.232	3.588	24.957	5.880	15.232	3.588	24.957
Provisionado	9.296	2.189	17.905	4.219	9.296	2.189	17.905
A provisionar	5.936	1.399	7.052	1.661	5.936	1.399	7.052

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Sistemas de controles internos e de administração de riscos:** O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado são adequados e suficientes. **Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas:** O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos

legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Conglomerado. **Auditoria interna:** O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução. O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Conglomerado. **Auditoria externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **Demonstrações financeiras:** O Comitê analisou as demonstrações contábeis em conjunto com as notas explicativas, relativas ao semestre e exercício de 2023 e revisou com a KPMG e com executivos do Conglomerado antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910 e que o sistema de controles do Conglomerado é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 05 de março de 2024.
Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Ver notas explicativas 3g, 9c e 9d das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3g, 9c e 9d, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totaliza, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 21.463 mil. Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("rating"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira, e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perdas relacionados a cada nível de riscos, envolvem premissas e julgamentos feitos pelo Banco baseados em suas metodologias internas de avaliação dos níveis de risco dos clientes. Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: • Avaliamos o desenho dos controles internos e a efetividade relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; • Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias internas e premissas utilizadas para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a provisão complementar, como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira. Essa análise foi com base em entendimento dos processos do cliente e com

paração de dados de mercado com a análise de crédito; • Analisamos, para todos os clientes da carteira, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; • Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. **Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos:** Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 4.423.504 mil (ativo) e R\$ 307.948 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como swaps, termos de moeda (NDF) e operações de futuro, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros. Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e o fato do cálculo do valor de mercado basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: • Avaliamos o desenho, dos controles internos chaves implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; • Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em informações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado; e em certos casos a aplicação de política interna do Banco; • Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: — Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. — Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. — Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. — Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. — Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP – 1SP271754/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>